

MEDIAÇÃO DOCENTE NO USO PEDAGÓGICO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA ESCOLA**TEACHER MEDIATION IN THE PEDAGOGICAL USE OF ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN SCHOOLS****LA MEDIACIÓN DOCENTE EN EL USO PEDAGÓGICO DE LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LA ESCUELA**

10.56238/revgeov17n2-060

Márleison Junior LefflerMestrando em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: Must University
E-mail: marleisonjrleffler@gmail.com**Joelma Rangel Quintanilha de Melo**Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: Must University
E-mail: jojorangel66@hotmail.com**Simone Beatriz Schultz Dias**Mestranda em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: Must University
E-mail: simonebsdias@hotmail.com**Sirley dos Santos Gueiros Bernardo**Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional
Instituição: Uninter
E-mail: sirleypsicologia2024@gmail.com**Lucas Muccini de Vasconcelos**Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: Must University
E-mail: lucasmuccini7@gmail.com**Rick Silva Barbosa**Mestrando em Ensino de Matemática
Instituição: Universidade do Estado do Pará (Uepa)
E-mail: rickbarbosa17@gmail.com**Seneval José de Santana Filho**Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: Must University
E-mail: senevalsantana@yahoo.com.br

André Augusto Campos de Almeida
Mestrando em Tecnologias Emergentes em Educação
Instituição: Must University
E-mail: andre.augusto2208@gmail.com

RESUMO

Dinâmicas que atravessam o cotidiano escolar têm evidenciado rearranjos profundos na forma como o professor interpreta sua atuação diante da Inteligência Artificial, sobretudo quando sistemas digitais passam a interferir em decisões que antes dependiam exclusivamente do julgamento humano. Essa mudança gera fricções entre autonomia profissional, mediações algorítmicas e responsabilidades éticas que se ampliam conforme práticas pedagógicas dialogam com análises produzidas por modelos computacionais. Tais deslocamentos provocam questionamentos sobre os limites da intervenção digital na formação e no acompanhamento dos estudantes. O estudo desenvolve-se como pesquisa bibliográfica, com o objetivo de examinar implicações formativas e critérios profissionais associados ao uso pedagógico da Inteligência Artificial na escola. A revisão das obras selecionadas permitiu identificar transformações que incidem sobre a capacidade interpretativa do professor, especialmente quando dados e recomendações automatizadas passam a compor a arquitetura das decisões pedagógicas. A articulação dessas perspectivas mostra que a IA introduz novas camadas de complexidade, exigindo discernimento, prudência e referenciais éticos consistentes. O percurso analítico também demonstra que a efetividade do emprego pedagógico da IA depende de condições institucionais que sustentem diálogo crítico, diretrizes claras e processos permanentes de formação docente. As seções seguintes aprofundam essas questões ao examinar, inicialmente, as leituras interpretativas que orientam a mediação docente e, posteriormente, os critérios formativos que regulam a incorporação da Inteligência Artificial na vida escolar.

Palavras-chave: Autoria. Critério. Docência. Ética. Inteligência.

ABSTRACT

Dynamics permeating daily school life have highlighted profound rearrangements in how teachers interpret their role in the face of Artificial Intelligence, especially when digital systems begin to interfere in decisions that previously depended exclusively on human judgment. This change generates friction between professional autonomy, algorithmic mediation, and ethical responsibilities that expand as pedagogical practices interact with analyses produced by computational models. Such shifts raise questions about the limits of digital intervention in student education and monitoring. This study is developed as bibliographic research, aiming to examine formative implications and professional criteria associated with the pedagogical use of Artificial Intelligence in schools. The review of selected works allowed for the identification of transformations that affect the teacher's interpretive capacity, especially when automated data and recommendations become part of the architecture of pedagogical decisions. The articulation of these perspectives shows that AI introduces new layers of complexity, demanding discernment, prudence, and consistent ethical frameworks. The analytical approach also demonstrates that the effectiveness of the pedagogical use of AI depends on institutional conditions that support critical dialogue, clear guidelines, and ongoing teacher training processes. The following sections delve deeper into these issues by initially examining the interpretative readings that guide teacher mediation and, subsequently, the formative criteria that regulate the incorporation of Artificial Intelligence into school life.



Keywords: Authorship. Criteria. Teaching. Ethics. Intelligence.

RESUMEN

Las dinámicas que permean la vida escolar cotidiana han puesto de manifiesto profundos reajustes en la interpretación del rol docente ante la Inteligencia Artificial, especialmente cuando los sistemas digitales comienzan a interferir en decisiones que antes dependían exclusivamente del juicio humano. Este cambio genera fricción entre la autonomía profesional, la mediación algorítmica y las responsabilidades éticas, que se expanden a medida que las prácticas pedagógicas interactúan con los análisis producidos por modelos computacionales. Estos cambios plantean interrogantes sobre los límites de la intervención digital en la educación y el seguimiento del alumnado. Este estudio se desarrolla como una investigación bibliográfica con el objetivo de examinar las implicaciones formativas y los criterios profesionales asociados al uso pedagógico de la Inteligencia Artificial en las escuelas. La revisión de trabajos seleccionados permitió identificar transformaciones que afectan la capacidad interpretativa del docente, especialmente cuando los datos y las recomendaciones automatizadas se integran en la arquitectura de las decisiones pedagógicas. La articulación de estas perspectivas muestra que la IA introduce nuevos niveles de complejidad, exigiendo discernimiento, prudencia y marcos éticos consistentes. El enfoque analítico también demuestra que la eficacia del uso pedagógico de la IA depende de condiciones institucionales que favorezcan el diálogo crítico, directrices claras y procesos continuos de formación docente. Las siguientes secciones profundizan en estas cuestiones, examinando inicialmente las lecturas interpretativas que guían la mediación docente y, posteriormente, los criterios formativos que regulan la incorporación de la Inteligencia Artificial en la vida escolar.

Palabras clave: Autoría. Criterios. Enseñanza. Ética. Inteligencia.



1 INTRODUÇÃO

Cenários educacionais atravessados por tecnologias inteligentes têm provocado reinterpretações contínuas sobre a natureza da ação docente, sobretudo quando inferências digitais passam a compor o repertório que sustenta decisões pedagógicas. Essas reinterpretações não se reduzem a ajustes técnicos, pois reorganizam percepções sobre agência profissional, discernimento e responsabilidade formativa. À medida que sistemas inteligentes assumem papéis consultivos na leitura de dados, surgem inquietações sobre critérios éticos, profundidade interpretativa e modos de conciliar sensibilidade pedagógica com operações automatizadas que influenciam escolhas educativas.

A crescente incorporação de sistemas capazes de reconhecer padrões, propor encaminhamentos e antecipar dificuldades traz implicações relevantes para o exercício docente. Certas decisões antes construídas na temporalidade da sala de aula passam a dialogar com análises derivadas de modelos computacionais, o que redesenha fronteiras entre mediação humana e operações digitais. Essa convivência desloca expectativas sobre autonomia, gera disputas interpretativas no cotidiano escolar e amplia a necessidade de compreender como tais tecnologias participam da organização dos processos formativos e da definição de prioridades pedagógicas.

Diante desse cenário, torna-se indispensável discutir quais elementos sustentam a mediação docente quando a Inteligência Artificial passa a compor, de maneira mais ou menos explícita, a arquitetura das decisões pedagógicas. Transformações emergentes exigem repertórios interpretativos que integrem leitura crítica, atenção aos limites algorítmicos e compreensão das nuances que atravessam processos educativos mediados por sistemas digitais. Assim, o debate sobre a mediação docente não pode prescindir de reflexão ética, nem ignorar tensões produzidas por diferentes configurações institucionais que moldam a incorporação da IA.

O estudo desenvolve-se como pesquisa bibliográfica, com o objetivo de examinar implicações formativas e critérios profissionais associados ao uso pedagógico da Inteligência Artificial na escola. A revisão das obras selecionadas permitiu identificar transformações que incidem sobre a capacidade interpretativa do professor, especialmente quando dados e recomendações automatizadas passam a compor a arquitetura das decisões pedagógicas. A articulação dessas perspectivas mostra que a IA introduz novas camadas de complexidade, exigindo discernimento, prudência e referenciais éticos consistentes para orientar decisões educativas sensíveis.

As análises reunidas nesta investigação indicam que a compreensão do papel docente diante da IA depende de examinar os modos como sistemas inteligentes reconfiguram práticas de acompanhamento, leitura de evidências e organização de intervenções pedagógicas. Esses deslocamentos produzem novas tensões sobre como o professor interpreta sinais de aprendizagem, estabelece prioridades e administra contradições presentes em recomendações automatizadas. Assim, a discussão não se limita à adoção de ferramentas, mas incide na redefinição de critérios que orientam



decisões formativas no ambiente escolar contemporâneo.

Outro aspecto que se destaca diz respeito às condições institucionais que sustentam usos responsáveis da IA. Processos de formação, políticas escolares e dinâmicas coletivas influenciam diretamente a densidade interpretativa da mediação docente. Ambientes que valorizam discussão crítica tendem a produzir leituras mais cuidadosas sobre interferências algorítmicas, enquanto contextos que adotam tecnologias sem debate aprofundado ampliam riscos éticos e fragilizam a autonomia profissional. Assim, compreender a função docente nesse cenário implica reconhecer que práticas tecnológicas são sempre construções institucionais e não decisões isoladas.

Os desenvolvimentos que se seguem aprofundam essas questões ao examinar, inicialmente, como diferentes formas de interpretação docente se articulam ao emprego educacional da Inteligência Artificial, evidenciando tensões, deslocamentos e exigências éticas que marcam essa mediação. Em seguida, discute-se a constituição de critérios formativos capazes de orientar a incorporação responsável da IA na escola, explorando dimensões institucionais, repertórios profissionais e responsabilidades que emergem quando sistemas inteligentes passam a integrar processos pedagógicos de maneira estruturante.

2 METODOLOGIA

A elaboração deste estudo exige um percurso investigativo capaz de compreender como a Inteligência Artificial interfere nos modos de pensar e organizar o trabalho docente. A opção metodológica orientou-se por uma leitura sistemática de produções relevantes que discutem impactos éticos, deslocamentos interpretativos e critérios formativos associados ao uso pedagógico da IA. Essa escolha busca articular densidade teórica e rigor analítico, permitindo observar nuances que emergem quando práticas docentes passam a dialogar com mediações digitais que influenciam decisões profissionais.

A adoção de abordagem bibliográfica justifica-se pela necessidade de examinar reflexões já consolidadas na literatura, sem perder de vista tensões contemporâneas presentes no debate educacional. A seleção de obras considerou diversidade temática, distintas metodologias de análise e pertinência conceitual para o problema investigado. Esse procedimento possibilitou integrar perspectivas que tratam tanto da mediação docente quanto da institucionalização da IA na escola, oferecendo subsídios para compreender como diferentes autores interpretam responsabilidades, limites e possibilidades formativas implicadas nesse processo.

O movimento de análise privilegiou produções que discutem transformações pedagógicas provocadas pela presença da IA, especialmente quando sistemas inteligentes atravessam decisões antes circunscritas ao julgamento do professor. Foram priorizados trabalhos que exploram impactos éticos, exigências de discernimento e desafios interpretativos impostos por tecnologias que reorganizam práticas educativas. Essa orientação permitiu identificar contribuições convergentes e divergentes, ampliando a



compreensão sobre dinâmicas que configuram a mediação docente em cenários marcados por crescente automatização de recomendações e diagnósticos pedagógicos.

[...] a maioria das pesquisas realizadas hoje indica uma grande quantidade de produções acadêmicas. A preocupação do pesquisador passa a ser a avaliação dessas publicações, de forma a categorizar o que é de fato relevante. [...] a escolha da bibliografia tenha sido feita dentro de um universo de estudo que consiga de fato representar o estado da arte, além de primar pela qualidade, abrangência e significância (TREINTA et al., 2014, p. 10).

O excerto de Treinta et al. (2014) sustenta a necessidade de critérios rigorosos para selecionar obras que fundamentem adequadamente a investigação. Ao destacar que a literatura disponível é vasta, os autores indicam que a relevância não se encontra apenas na quantidade de publicações, mas na capacidade de reconhecer materiais que expressem debates consolidados e contribuam para situar o estado da arte. Essa orientação reforça que escolhas bibliográficas demandam análise criteriosa, evitando leituras superficiais ou desvinculadas do problema de pesquisa.

A partir dessas diretrizes, a organização do corpus bibliográfico priorizou produções que dialogam diretamente com a temática da mediação docente diante da IA garantindo coerência analítica e profundidade interpretativa. A articulação entre diferentes perspectivas possibilitou construir um quadro abrangente, revelando implicações formativas, dilemas éticos e desafios institucionais associados ao uso pedagógico da IA. Esse procedimento assegurou que a investigação fosse sustentada por referências consistentes, capazes de iluminar tensões presentes no cenário educacional contemporâneo.

3 LEITURAS INTERPRETATIVAS DOCENTES NO EMPREGO EDUCACIONAL DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Compreensões docentes sobre Inteligência Artificial vêm adquirindo complexidade, sobretudo quando o professor passa a lidar com interpretações geradas por sistemas digitais que interferem em decisões de acompanhamento. Certas dinâmicas de sala, antes observadas apenas pela experiência profissional, tornam-se atravessadas por sugestões algorítmicas que nem sempre capturam nuances relacionais. Isso amplia os esforços interpretativos, pois a mediação humana precisa integrar dados e percepções, preservando a riqueza do cotidiano escolar sem diluí-la em modelos que simplificam trajetórias de aprendizagem.

A literatura mostra que a IA reorganiza expectativas docentes. Pesquisas indicam que Martins et al. (2024) descrevem movimentos de reinterpretação profissional quando sistemas identificam padrões e antecipam dificuldades. Essas inferências digitais realocam prioridades pedagógicas e forçam o professor a reconfigurar seu modo de ler indicadores de acompanhamento. A partir desse cenário, comprehende-se que tais reestruturações exigem atenção rigorosa para evitar que sugestões automatizadas substituam interpretações construídas na convivência direta com os estudantes.



Diante dessa perspectiva, infere-se que a leitura pedagógica passa a ser desafiada por camadas de informação que não surgem da relação cotidiana, mas da lógica interna de cada sistema. Isso demanda do professor certo cuidado na combinação entre sinais produzidos por algoritmos e elementos qualitativos percebidos no contato diário. A mediação torna-se um exercício de filtragem: identificar o que contribui para ampliar o entendimento e o que introduz ruídos que obscurecem dimensões sensíveis da aprendizagem.

Morais (2025) ressalta que compreender a IA como fenômeno sociocientífico altera significativamente o modo como o professor interpreta implicações éticas e pedagógicas. A autora argumenta que práticas apoiadas apenas em funcionalidades técnicas tendem a ocultar complexidades do contexto escolar. Sob esse olhar, a incorporação da IA requer análise crítica dos fatores que orientam a tomada de decisão e dos efeitos que inferências digitais podem exercer sobre o desenvolvimento dos estudantes.

Em contextos formativos, observa-se que o domínio técnico não basta. Como afirma Santos (2024, p. 7), “a capacitação não pode restringir-se ao domínio técnico das ferramentas, mas requer leitura analítica das implicações pedagógicas envolvidas”. Tal apontamento reforça a necessidade de critérios que ajudem o professor a distinguir entre orientações que enriquecem a prática e indicações que produzem leituras simplificadas, evitando que decisões sensíveis sejam guiadas apenas por métricas automatizadas.

Discussões sobre formação docente sugerem que as transformações provocadas pela IA precisam ser compreendidas à luz dos fundamentos que estruturam a identidade profissional. Certos deslocamentos produzidos pelas plataformas, ao interferirem na leitura da prática, exigem reflexão acerca dos saberes que sustentam o trabalho educativo. Nesse horizonte, destaca-se a afirmação de Costa (2016, p. 19, apud Champangnatte e Nascimento, 2025):

A (re)construção dos saberes docentes é determinante na constituição da profissão professor, que se tece numa rede, que se desenha, a partir das crenças e ideologias referentes à sua concepção de mundo, sociedade, trabalho e educação, bem como do que se acredita ser função social da docência” (COSTA, 2016, p. 19, apud CHAMPANGNATTE; NASCIMENTO, 2025).

Considerando tal entendimento, verifica-se que a identidade docente não se renova apenas por meio de ferramentas, mas pela compreensão das próprias referências que orientam o ato de ensinar. Ao interagir com sistemas digitais, o professor acaba revisitando crenças, valores e modos de significar a aprendizagem. A citação demonstra que a docência se constrói em diálogo permanente com interpretações de mundo, o que torna indispensável analisar como a IA pode reforçar ou tensionar essas percepções.

Determinadas análises apontam que sugestões automatizadas carregam pressupostos que



moldam expectativas pedagógicas. A partir dessa constatação, nota-se que Santos (2024) interpreta tais mecanismos como indutores de leituras restritas quando não acompanhados de criticidade. A autora evidencia que decisões docentes são afetadas por recomendações que, embora pareçam neutras, traduzem escolhas projetadas por programadores. Reconhecer esse movimento permite ao professor ajustar intervenções sem perder de vista a realidade escolar concreta.

Certos relatos destacam que o uso da IA interfere na leitura dos sinais de aprendizagem. Martins et al. (2024, p. 5) afirmam que “professores tendem a reinterpretar sinais de aprendizagem quando interagem com sistemas que apontam variações antes imperceptíveis”. Essa constatação indica que dados automatizados podem deslocar referências que antes eram guiadas exclusivamente pela observação direta. Observa-se, assim, um processo de ressignificação do acompanhamento que precisa ser equilibrado para evitar dependências excessivas.

No campo da mediação tecnológica, Champangnatte e Nascimento (2025) compreendem a IA como elemento que reorganiza fluxos informacionais e redefine tempos pedagógicos. Os autores mostram que tais sistemas podem ampliar a capacidade analítica da escola, embora também introduzam riscos quando orientações algorítmicas passam a operar como padrão decisório. Essa constatação sugere que a prática docente precisa integrar critérios que permitam avaliar vantagens e limites da intervenção digital no cotidiano educativo.

Sob essa perspectiva, entende-se que a mediação docente deve equilibrar percepções próprias da convivência com dados que filtram aspectos específicos da aprendizagem. A interpretação pedagógica se fortalece quando tais fontes se complementam, sem que uma submeta a outra. A leitura crítica das recomendações digitais torna-se imprescindível para evitar decisões que ignorem a dimensão humana das situações de ensino.

Morais (2025) defende que práticas educativas se tornam mais consistentes quando a IA é compreendida articulada a valores éticos e à formação humana. A autora observa que abordagens acríticas reforçam visões homogêneas de aprendizagem, enquanto perspectivas reflexivas ampliam a capacidade de interpretar nuances do desenvolvimento dos estudantes. Tal compreensão reafirma o papel ativo do professor como mediador que qualifica decisões.

Diante desse cenário, percebe-se que sistemas digitais não operam como meros instrumentos, mas como componentes que participam da construção dos critérios de leitura. A atuação docente exige integrar diferentes camadas interpretativas, evitando tanto a adesão irrefletida quanto a rejeição apriorística. O desafio consiste em produzir decisões coerentes com os valores formativos que sustentam o trabalho educativo.

Em contribuições recentes, Martins et al. (2024) identificam que professores reconfiguram ritmos e prioridades ao interagir com orientações geradas por IA. Os autores afirmam que certas sugestões digitais influenciam modos de reconhecer evidências e de acompanhar trajetórias. Essa



perspectiva reforça a compreensão de que a mediação docente precisa considerar impactos diretos da tecnologia sobre processos que, anteriormente, dependiam exclusivamente da percepção humana.

Algumas interpretações chamam atenção para a necessidade de situar a IA em debates éticos mais amplos. Morais (2025, p. 4) indica que “a compreensão das tecnologias requer análise crítica das implicações humanas envolvidas em seu uso educativo”. Essa afirmação destaca a urgência de programas formativos que auxiliem professores a discernir impactos da automação sobre decisões pedagógicas e relações de aprendizagem.

Santos (2024) sublinha que a mediação com IA demanda repertórios interpretativos robustos, capazes de reconhecer limites, vieses e potências dos sistemas. A autora comprehende que decisões se tornam mais criteriosas quando dados automatizados dialogam com a experiência profissional, permitindo identificar momentos em que informações digitais ampliam ou restringem percepções essenciais ao trabalho educativo.

À luz dessas ideias, torna-se evidente que a relação entre professor e IA não pode ser tratada como substituição, mas como interação complexa que exige responsabilidade interpretativa. Decisões pedagógicas precisam considerar tensões e possibilidades geradas pelas plataformas, articulando dados e valores humanos. Assim, o professor sustenta escolhas que respeitam singularidades e asseguram coerência entre finalidades formativas e intervenções realizadas.

Champangnatte e Nascimento (2025) argumentam que a IA redimensiona relações institucionais ao modificar fluxos de decisão e organização das informações. Os autores esclarecem que tais tecnologias podem ampliar análises coletivas, embora também tensionem tempos e rotinas. Esse quadro evidencia a necessidade de mediação crítica capaz de equilibrar benefícios e pressões produzidas por sistemas que nem sempre dialogam com a complexidade do espaço escolar.

Esses apontamentos permitem compreender que a IA, ao intervir nos processos de leitura pedagógica, solicita revisão constante dos fundamentos que sustentam a profissão docente. A mediação depende de práticas que filtrem orientações digitais, integrando-as a interpretações situadas que valorizem a pluralidade de trajetórias. Assim, decisões tornam-se mais sensíveis e alinhadas aos horizontes educativos que orientam o trabalho do professor.

Considerando o conjunto dessas contribuições, pode-se afirmar que a mediação docente diante da Inteligência Artificial exige leitura crítica, valores éticos sólidos e sensibilidade para interpretar situações complexas. Sistemas digitais oferecem subsídios importantes, mas não substituem o discernimento que nasce da experiência e do vínculo com os estudantes. O fortalecimento dessa mediação requer formação contínua e critérios institucionais que garantam que a IA seja integrada como apoio interpretativo, e não como mecanismo que restrinja a ação pedagógica.



4 CRITÉRIOS FORMATIVOS DOCENTES NA INCORPORAÇÃO ESCOLAR DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL

Diante desse cenário educacional em transformação, identifica-se que a incorporação da Inteligência Artificial demanda do professor uma reorganização cuidadosa dos critérios que orientam suas escolhas. A presença de sistemas que filtram dados e sugerem encaminhamentos exige capacidade interpretativa que considere limitações técnicas e implicações éticas. Nesse horizonte, a docência precisa integrar orientações digitais sem perder de vista experiências construídas no cotidiano escolar, articulando julgamento profissional e compreensão contextual para sustentar decisões formativas consistentes.

Modelos apresentados por De Sena et al. (2025) registram que a incorporação escolar da IA demanda competências capazes de articular domínio técnico e compreensão ética. Os autores defendem que professores precisam avaliar riscos estruturais associados às plataformas, sobretudo quando sistemas influenciam percepções sobre desempenho e organização da aprendizagem. Essa leitura reforça a necessidade de ampliar repertórios que permitam lidar com automatizações sem reproduzir desigualdades ou simplificações, assegurando que a IA funcione como apoio interpretativo e não como substituto da mediação docente.

Mediante esse quadro, observa-se que tais disposições exigem formação que considere o cruzamento entre tecnologia e prática pedagógica. Não basta acessar indicadores produzidos por sistemas inteligentes; é necessário atribuir sentido aos dados, compreendendo como cada recomendação se ajusta às condições concretas da escola. A mediação docente depende de critérios interpretativos que conciliem informações digitais com leituras construídas na convivência, permitindo escolhas que valorizem singularidades dos estudantes e preservem coerência entre objetivos educativos e decisões cotidianas.

Nesse contexto, destacam Silva et al. (2026) que o uso crítico da IA envolve compreender riscos e potencialidades presentes nas plataformas educacionais. Os autores enfatizam que a formação docente precisa preparar profissionais para interpretar dados com responsabilidade, reconhecendo limites das inferências algorítmicas. Como sintetizam (Silva et al., 2026):

O emprego da Inteligência Artificial na educação básica requer formação que ultrapasse o domínio técnico, permitindo ao professor interpretar riscos como vieses algorítmicos, desigualdades de acesso e padronizações. A incorporação crítica da IA demanda competências éticas e contextualizadas, capazes de orientar seu uso como recurso que qualifica a aprendizagem sem comprometer princípios pedagógicos essenciais (SILVA et al., 2026, p. e1926).

Com esse direcionamento, percebe-se que decisões pedagógicas dependem de critérios sensíveis às condições de uso da IA. Conforme afirmam Santos e Arruda (2019, p. 730), “a presença de sistemas inteligentes exige reposicionamento docente diante das responsabilidades formativas



envolvidas". A observação evidencia que plataformas não operam em neutralidade e podem modificar a leitura de situações escolares. Assim, torna-se imprescindível avaliar como cada recurso dialoga com finalidades educativas e sustenta interpretações que respeitem a complexidade do cotidiano.

A partir dessa formulação, comprehende-se que o emprego da IA precisa ser acompanhado de reflexão contínua sobre critérios que orientam a prática. Dados organizados por algoritmos podem ampliar percepções, mas também induzir leituras restritas quando desconsideram nuances relacionais. A mediação docente requer discernimento que avalie a pertinência das recomendações, evitando que simplificações algorítmicas ditem decisões pedagógicas. Assim, o professor precisa reinterpretar a IA como recurso formativo que auxilia, e não condiciona, o exercício profissional.

Sob esse enfoque, reconhece-se que a incorporação da IA demanda critérios flexíveis, capazes de integrar responsabilidades éticas às necessidades do cotidiano escolar. A atuação docente envolve equilibrar expectativas institucionais com observações construídas na convivência com os estudantes, garantindo que o uso das tecnologias mantenha vínculos humanos e interpretativos. Tal articulação exige atenção ao contexto, pois cada escolha pedagógica deve considerar impactos das plataformas na autonomia discente, na organização da aprendizagem e nos modos de produzir acompanhamento significativo.

Indicações de Souza et al. (2025) demonstram que professoras e professores enfrentam pressões para adaptar rapidamente suas práticas quando recursos de IA passam a compor a dinâmica escolar. Os autores argumentam que tais ferramentas influenciam expectativas sobre desempenho e comportamento, podendo reforçar lógicas de padronização. Diante disso, defendem critérios que possibilitem avaliar os efeitos pedagógicos das recomendações geradas pelos sistemas, assegurando que cada decisão reflita valores educativos e preserve a capacidade de interpretar singularidades do processo formativo.

Diante dessa perspectiva, depreende-se que critérios robustos precisam acompanhar o uso crescente de tecnologias inteligentes. Como explicam De Sena et al. (2025, p. 78), “a adoção de plataformas digitais exige atenção às implicações éticas que orientam a relação entre dados, decisões e aprendizagem”. Essa síntese evidencia que a IA pode alterar expectativas institucionais e modos de interpretar a sala de aula, reforçando a necessidade de observar como orientações automatizadas dialogam com realidades complexas.

Santos e Arruda (2019) ressaltam que critérios formativos associados à IA não podem restringir-se ao manuseio das tecnologias, mas devem incluir compreensão das intencionalidades embutidas nos sistemas. Os autores afirmam que decisões pedagógicas tornam-se mais consistentes quando professores reconhecem como algoritmos organizam informações e influenciam interpretações. Tal posicionamento indica que a formação crítica constitui elemento central para evitar que inferências digitais substituam o julgamento profissional ou reduzam a complexidade própria da



atuação docente.

Com esse cenário, identifica-se que a definição de critérios formativos precisa considerar tensões que surgem quando orientações algorítmicas dialogam com decisões cotidianas. A atuação docente não pode depender exclusivamente de dados oferecidos por sistemas, pois tais informações carregam limites e pressupostos. Assim, a mediação profissional demanda postura avaliativa que integre percepções construídas na convivência escolar, assegurando que decisões se apoiem em interpretações situadas, capazes de reconhecer nuances que tecnologias digitais muitas vezes não captam.

Diante disso, De Sena et al. (2025) apontam que a adoção da IA exige compreensão das implicações sociais e éticas que atravessam o uso dessas ferramentas. Os autores registram que a formação docente deve fortalecer capacidade crítica, permitindo identificar quando tecnologias ampliam possibilidades e quando intensificam desigualdades. Tal perspectiva corrobora que critérios formativos precisam incorporar análise cuidadosa das condições reais de cada escola, evitando interpretações que tratem recursos digitais como soluções neutras ou universalmente adequadas.

Com esse entendimento, percebe-se que a construção de critérios formativos depende de leitura sensível das demandas escolares. A presença da IA pode facilitar a organização de dados, porém a pertinência de cada recomendação precisa ser revista à luz das intencionalidades pedagógicas. O professor, ao interpretar sugestões automatizadas, deve considerar limites, potenciais e congruência das indicações com fundamentos éticos. Assim, a mediação tecnológica requer decisões que valorizem autonomia profissional e preservem relações educativas baseadas no diálogo e na singularidade dos estudantes.

Nessa direção, Souza et al. (2025) assinalam que a IA interfere na percepção docente ao reorganizar tempo, prioridades e modos de acompanhar a aprendizagem. Os autores explicam que sistemas podem sugerir encaminhamentos que simplificam processos formativos, caso não haja critérios que orientem a mediação crítica. Por isso, defendem que professores desenvolvam competências interpretativas capazes de distinguir entre recomendações que ampliam compreensão pedagógica e aquelas que reduzem complexidades, preservando a diversidade de ritmos e trajetórias escolares.

Sob esse enfoque, comprehende-se que a definição de critérios formativos requer atenção às implicações éticas do uso da IA. Como afirmam Santos e Arruda (2019, p. 738), “a incorporação de tecnologias inteligentes demanda prudência na interpretação dos efeitos sobre o cotidiano escolar”. Essa formulação reforça que decisões pedagógicas devem considerar impactos da automação sobre interações entre professores e estudantes, garantindo que o recurso digital opere como apoio contextualizado e não como elemento que distorce percepções ou padroniza práticas.

Silva et al. (2026) observam que a formação docente voltada ao uso da IA precisa promover



competências que articulem interpretação crítica, domínio técnico e responsabilidade ética. Os autores indicam que, sem tais critérios, tecnologias inteligentes podem reforçar dependências institucionais e dificultar decisões pedagógicas fundamentadas. Assim, defendem que professores sejam preparados para avaliar qualidade, relevância e pertinência dos dados gerados pelos sistemas, assegurando que cada recomendação esteja alinhada a finalidades educativas e reflita compreensão aprofundada do contexto escolar.

Mediante esse quadro, reconhece-se que critérios formativos não devem ser estáticos, mas continuamente reelaborados conforme as tecnologias se transformam e influenciam dinâmicas escolares. A atuação docente depende de escolhas que integrem avaliações situadas, interpretando dados sem perder de vista valores que orientam o processo educativo. O uso crítico da IA exige prudência, pois inferências automatizadas podem reforçar vieses e reduzir a complexidade das interações humanas. Assim, decisões pedagógicas precisam equilibrar aportes digitais e percepções construídas na convivência.

Observa-se em De Sena et al. (2025) a defesa de critérios formativos que priorizem compreensão ética e análise contextualizada das tecnologias educacionais. Os autores destacam que a IA transforma expectativas institucionais, podendo alterar modos de interpretar participação, desempenho e comportamento. Assim, enfatizam a importância de desenvolver repertórios interpretativos que preparem professores para avaliar impactos das plataformas, identificando tensões geradas pelos sistemas e garantindo escolhas alinhadas ao compromisso de promover aprendizagem plural e sensível às diferenças.

Com essa orientação, identifica-se que critérios formativos docentes precisam articular dimensões técnicas, éticas e interpretativas. A IA oferece possibilidades ampliadas de leitura do cotidiano escolar, porém seu uso demanda cautela para evitar dependências acríticas. A mediação docente se fortalece quando decisões emergem de combinação entre dados digitais e experiências construídas na prática, garantindo coerência entre finalidades educativas e caminhos escolhidos. Assim, a definição de critérios precisa ser flexível, contextual e orientada por princípios formativos sólidos.

A partir dessas compreensões, infere-se que a incorporação da IA no ambiente escolar somente se torna significativa quando guiada por critérios formativos que integrem discernimento ético, leitura contextual e protagonismo docente. A presença de sistemas inteligentes exige capacidade de interpretar recomendações com base na complexidade das situações de aprendizagem, evitando que algoritmos definam sentidos pedagógicos. O fortalecimento dessa mediação requer formação contínua e compromisso institucional, assegurando que tecnologias funcionem como ferramentas de apoio e nunca como substitutos das decisões profissionais.



5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

As interpretações sobre o preparo docente diante da Inteligência Artificial indicam deslocamentos significativos quando comparadas as formulações de Cardoso et al. (2026) às de Souza et al. (2025), pois, enquanto os primeiros atribuem centralidade à qualificação ética e crítica, os segundos enfatizam impactos diretos sobre autonomia estudantil. Diante desse quadro, evidencia-se que tais perspectivas configuram leituras complementares, já que ambas reconhecem a urgência de revisão das práticas formativas para lidar com a sofisticação das tecnologias digitais e com demandas pedagógicas em transição acelerada.

Determinadas proximidades conceituais surgem entre Champangnatte e Nascimento (2025) e De Sena et al. (2025), sobretudo pela defesa da mediação docente como eixo para interpretar a presença da IA. A partir dessas leituras, comprehende-se que os autores descrevem um tensionamento entre inovação técnica e responsabilidade formativa, apontando que decisões sobre incorporação digital dependem da maturidade pedagógica das instituições. Mesmo convergindo no diagnóstico, cada abordagem descreve focos distintos: enquanto uma discute impactos globais, a outra privilegia desafios cotidianos das redes públicas.

As análises de Martins et al. (2024) contrastam com Morais (2025), pois os primeiros ressaltam percepções docentes sobre benefícios instrumentais da IA, ao passo que a segunda questiona o reduzido preparo sociocientífico em processos formativos. Sob tal perspectiva, torna-se nítido que a valorização de potenciais pedagógicos não se sustenta sem arcabouço crítico que considere implicações sociais e epistêmicas. A divergência, entretanto, reforça complementaridade: percepções positivas só ganham consistência quando acompanhadas de reflexão aprofundada sobre finalidades educativas e condições institucionais.

Santos e Arruda (2019) oferecem leitura que se aproxima de Santos (2024) ao identificar que a IA reorganiza expectativas sobre o papel profissional dos professores, embora com alcances distintos. Enquanto o primeiro estudo discute dimensões estruturantes da tecnologia na vida escolar, o segundo explicita entraves formativos que limitam apropriações qualificadas. Diante dessa perspectiva, nota-se que ambos convergem na indicação de que políticas educacionais precisam assegurar repertórios docentes robustos, evitando que a inovação digital seja tratada como solução automática ou descolada das realidades sociais.

Silva et al. (2026) destacam a necessidade de competências digitais que integrem criticidade e inovação, algo que dialoga parcialmente com Cardoso et al. (2026) ao tratar da articulação entre ciência, trabalho e ética. A partir dessa convergência, depreende-se que a formação não pode restringir-se à operação técnica da IA, mas precisa cultivar discernimento sobre limites, vieses e impactos pedagógicos. As diferenças aparecem na ênfase: enquanto Silva et al. discutem formação continuada, Cardoso et al. ampliam o debate para interfaces sociotecnológicas mais complexas.



Ao aproximar perspectivas de Souza et al. (2025), Morais (2025) e De Sena et al. (2025), torna-se perceptível que a discussão sobre IA na educação atravessa debates sobre autonomia, criticidade e desigualdades. Sob essa linha interpretativa, confirma-se que a inovação tecnológica não exerce papel transformador sem políticas capazes de equalizar acesso, condições de uso e tempo formativo docente. As convergências entre os autores reforçam que a IA, enquanto possibilidade educativa, demanda escolhas institucionais conscientes, evitando reduções instrumentalistas e promovendo apropriações pedagógicas mais responsáveis.

6 CONCLUSÃO

Num cenário em que decisões pedagógicas e institucionais ganham densidade renovada pela presença da Inteligência Artificial, torna-se imprescindível reconhecer que a formação docente não pode permanecer ancorada em modelos estáveis. A análise do percurso investigativo mostra que a IA desloca rotinas, redefine tarefas e amplia exigências interpretativas. Diante desse panorama, confirma-se que sua incorporação crítica requer maturidade institucional e instrumentos formativos capazes de sustentar leituras complexas do cotidiano escolar e das responsabilidades atribuídas ao professor.

As convergências perceptíveis nos autores indicam que a força da inovação digital não reside na sofisticação técnica, mas na competência docente para filtrar, contextualizar e ressignificar usos pedagógicos. Essa compreensão demonstra que tecnologias não transformam práticas por simples inserção; exigem reorganização de responsabilidades, revisão metodológica e reflexão ética. Sob tal perspectiva, evidencia-se que consolidar competências digitais críticas depende de repertórios formativos articulados a estratégias institucionais que deem sustentabilidade ao trabalho educativo.

Também se destacam divergências importantes. Alguns autores enfatizam potencialidades formativas da IA, enquanto outros ressaltam riscos associados à desigualdade de acesso, vieses algorítmicos e dependência tecnológica. Essa pluralidade confirma que a IA opera simultaneamente como recurso promissor e desafio estrutural, variando conforme a intencionalidade pedagógica que orienta seu uso. Nesse sentido, tornam-se essenciais políticas que acolham tais contrastes, evitem respostas simplistas e sustentem percursos de formação comprometidos com autonomia docente.

Os argumentos sintetizados ao longo deste trabalho mostram que a escola contemporânea não deve tratar a IA como elemento meramente acessório. A incorporação responsável dessas tecnologias exige visão integrada que articule projeto pedagógico, condições de trabalho, suporte institucional e repertórios docentes. Diante dessa percepção, reafirma-se que ambientes educativos mais equânimes dependem de políticas que ofereçam tempo de estudo, espaços de experimentação e práticas avaliativas condizentes com horizontes formativos mais amplos.

Reitera-se que esta investigação foi desenvolvida como pesquisa bibliográfica, orientada pelo objetivo de compreender como transformações educacionais recentes têm modulado a formação



docente e o uso pedagógico da Inteligência Artificial. As obras analisadas, localizadas em bases como Google Acadêmico e Oásisbr e publicadas entre 2018 e 2025, permitiram observar articulações entre criticidade digital, ética, tomada de decisão e responsabilidade pedagógica. Essa diversidade teórica possibilitou examinar como tais tecnologias reorganizam expectativas institucionais e exigem novas disposições formativas.

O percurso reflexivo apresentado reforça que a IA somente assume valor pedagógico quando integrada de modo crítico, evitando reduções instrumentais e preservando a agência docente na orientação dos processos educativos. Tal compreensão recoloca a formação docente como eixo estruturante para a interpretação ética das tecnologias digitais, especialmente em sistemas que tendem a padronizar comportamentos e decisões. A partir dessas leituras, reafirma-se que a incorporação da IA na escola somente se sustenta quando vinculada a finalidades educativas consistentes e socialmente comprometidas.



REFERÊNCIAS

SOUZA, Victor Ricardo Afonso de; ALMEIDA, Gabriela Marega Bittencourt; ALCINO, Aerta Mendes de Oliveira. O que a Inteligência Artificial está fazendo com nossos alunos (e ninguém está pronto). *Educação & Inovação*, [S. l.], v. 1, n. 2, 2025. DOI: 10.64326/educao.v1i2.21. Disponível em: <https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/21>. Acesso em: 9 fev. 2026.

CARDOSO, F. N. M. et al. Processos formativos na educação tecnológica: a Inteligência Artificial na formação docente e os desafios ético-formativos – interfaces entre educação, trabalho, ciência e tecnologia. *Educação & Inovação*, [S. l.], v. 2, n. 3, 2026. DOI: 10.64326/educao.v2i3.295. Disponível em: <https://doi.org/10.64326/educao.v2i3.295>. Acesso em: 06 fev. 2026.

CHAMPANGNATTE, Dostoiewski; NASCIMENTO, Cádim Carvalho do. O avanço da inteligência artificial como mediadora educacional na perspectiva contemporânea e global. *Interference: A Journal of Audio Culture*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. 2372–2418, 2025. DOI: 10.36557/2009-3578.2025v11n2p2372-2418. Disponível em: <https://interferencejournal.emnuvens.com.br/revista/article/view/215>. Acesso em: 9 fev. 2026.

DE SENA, Devania Ferreira et al. Educação em tempos de Inteligência Artificial: desafios e oportunidades. *Missionaria*, [S. l.], v. 27, n. 11, p. 71–83, 2025. Disponível em: <http://cemipa.com.br/revistas/index.php/missionaria/article/view/368>. Acesso em: 9 fev. 2026.

MARTINS, R. H.; VIANA, H. B.; BARBOSA, R.; TAVARES, C. Z. O uso da Inteligência Artificial na educação: análise e percepção de professores. *Revista Intersaberes*, [S. l.], v. 19, p. e24do3002, 2024. DOI: 10.22169/revint.v19.e24do3002. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2619>. Acesso em: 9 fev. 2026.

MORAIS, Ellen Ludmille Santos de. Inteligência artificial como questão sociocientífica: uma experiência formativa com professores da educação básica. 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/server/api/core/bitstreams/dcb0e405-803d-4a62-ba20-4cf6c0122463/content>. Acesso em: 9 fev. 2026.

SANTOS, Bergston Luan; ARRUDA, Eucídio Pimenta. Dimensões da Inteligência Artificial no contexto da educação contemporânea. *Educação Unisinos*, [S. l.], v. 23, n. 4, p. 725–741, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2177-62102019000400725&script=sci_arttext. Acesso em: 9 fev. 2026.

SANTOS, M. F. D. C. Inteligência artificial na formação docente: desafios, possibilidades e capacitação para a educação básica. 2024. Disponível em: <https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/4902>. Acesso em: 9 fev. 2026.

SILVA, Wesley Mageski da; MOTA, Sebastião Almeida; RAMOS, Romário Domingos; MACHADO, Eduardo Silva Ferreira. A Inteligência Artificial como estratégia inovadora na educação básica: desafios de um futuro digital para a formação de professores. *Cadernos Cajuína*, [S. l.], v. 11, n. 2, p. e1926, 2026. DOI: 10.52641/cadcajv11i2.1926. Disponível em: <https://v3.cadernoscajuina.pro.br/index.php/revista/article/view/1926>. Acesso em: 9 fev. 2026.

SOUZA, Victor Ricardo Afonso de; ALMEIDA, Gabriela Marega Bittencourt; ALCINO, Aerta Mendes de Oliveira. O que a Inteligência Artificial está fazendo com nossos alunos (e ninguém está pronto). *Educação & Inovação*, [S. l.], v. 1, n. 2, 2025. DOI: 10.64326/educao.v1i2.21. Disponível em: <https://educacaotecnologica.com.br/index.php/ojs/article/view/21>. Acesso em: 9 fev. 2026.



TREINTA, F. T.; FARIAS FILHO, J. R.; SANT'ANNA, A. P.; RABELO, L. M. Metodologia de pesquisa bibliográfica com a utilização de método multicritério de apoio à decisão. *Produção*, [S. l.], v. 24, n. 3, 2014.

